

Osório quer liberdade para artes e cultura

“O momento especial que o país vive, às vésperas de uma eleição para a Assembléia Constituinte, é o ideal para que se incremente e incentive a produção cultural, a liberdade artística, as manifestações folclóricas e a defesa do nosso patrimônio histórico, artístico e cultural. Precisamos usar a democracia como instrumento maior de garantia de um regime onde criar e produzir arte e cultura sejam atividades privilegiadas na sociedade”.

Empenhado no esforço final de campanha para senador, pelo PFL, Osório Adriano afirmou ontem que as suas diretrizes políticas, baseadas no programa do partido, têm como um dos pontos centrais o incentivo e o amparo a todas as ações que visem à preservação e o enriquecimento dos valores e da identidade cultural brasileira. Para ele, a Lei Sarney, recentemente aprovada, representará um importante estímulo a este setor, que foi um dos mais prejudicados durante os 20 anos de regime político fechado no Brasil:

— A Constituinte deverá restabelecer, no novo momento que vivemos, o pleno direito à livre manifestação artística e cultural. Sofremos uma rígida censura de 20 anos, onde 200 livros, 450 peças de teatro e 500 filmes foram proibidos ou mutilados sem qualquer justificativa. O rádio, a TV e a imprensa foram duramente violentados, enquanto apenas durante a vigência do AI-5 (dez anos), mais de mil letras de músicas foram censuradas — diz Osório Adriano.

O candidato viu no período negro da censura prejuízos quase incalculáveis à criação



Osório Adriano

artística no Brasil, com graves reflexos também no aspecto “espetáculo” das manifestações culturais:

— A ação da censura trouxe danos graves também porque desestimulou o investimento na cultura. Entre 1973 e 84, o número de salas de cinemas no país caiu 40 por cento. Os reflexos atingiram a todos os setores culturais, indistintamente, mas precisamos voltar as costas para este período triste e procurarmos, a partir da Constituinte, construir um futuro onde a liberdade de criar seja, sempre, um direito intocável de cada brasileiro.

As culturas regionais e étnicas, segundo Osório, vivem o risco da extinção, porque jamais se estimulou, de verdade, a sua preservação. “A defesa do nosso patrimônio não se faz apenas com verbas. É preciso criar, no povo, a consciência de que nossos valores culturais, artísticos e históricos não nos pertencem. Pertencem a todos os que compõem a humanidade e, princi-

palmente, às futuras gerações. Como esquecer ou não proteger a inestimável herança de negros e indíos em nossa formação nacional? Como aceitar que nossos museus e monumentos recebam cada vez menos público?”, questiona o candidato.

Osório Adriano citou o caso do Museu Histórico de Brasília, onde a freqüência de público caiu 24 por cento entre 1980 e 84. “E não é só isso: apesar do aumento no número de promoções e apresentações de cinema e dança, o público também diminuiu nestes eventos, no mesmo período. Precisamos reverter este quadro através do apoio à criação, da garantia da liberdade de expressão e do estímulo às manifestações culturais”, defendeu ele.

Segundo o candidato, as 75 promoções de cinema registradas no DF em 1980 receberam 116.790 espectadores, enquanto quatro anos mais tarde, com a exibição de 117 filmes na cidade, apenas 98.359 pessoas pagaram ingressos para vê-los. No caso da dança, a queda de assistência em seus espetáculos no Distrito Federal ficou nos mesmos níveis. De 80 a 84, enquanto crescia de 21 para 38 as promoções feitas, o público reduzia-se de 50.922 para 39.961:

— O teatro, uma das áreas culturais mais perseguidas e prejudicadas pela censura, viu também o público abandonar as salas de espetáculos. O teatro-padrão no Brasil, em 1980, possuía 522 lugares, mas sua lotação média raramente ultrapassava a casa das 200 pessoas.